





34 **Fischer**, iniciou a reunião dando boas-vindas a todos e apresentando a pauta, em  
35 seguida passou a palavra à assessora Glauce Monteiro [Eu], para leitura da ata da  
36 reunião anterior. Eu, Glauce Tavares, Assessora dos colegiados, iniciei a leitura da  
37 ata 2ª Reunião Extraordinária do CDSPCT/AM, linha a linha. **O conselheiro**  
38 **representante a FUNAI, Ricardo Luís**, pediu alteração ortográfica à linha 270,  
39 acrescentou detalhes às linhas 275 e 278. Após leitura, a ata da 2ª reunião foi  
40 considerada **APROVADA**, sem manifestações contrárias. A Presidente da Sessão,  
41 Christina Fischer, apresentou o calendário de reuniões do CDSPCT/AM para o  
42 exercício de 2021, sendo o mesmo **APROVADO** sem manifestações contrárias.  
43 Prosseguiu-se para a apresentação do Plano de Reposição Hídrica elaborado pela  
44 FAS, com apoio financeiro da Coca-Cola. A representante da FAS, Letícia Cobello,  
45 introduziu o tema e passou a palavra à consultora contratada pela instituição, Marcela  
46 Michiles. **A Consultora Marcela Michiles**, afirmou que o projeto é pioneiro no que  
47 tange à pagamento de serviços ambientais e passou a palavra para as representantes  
48 da consultoria jurídica Rota Moro Ambiental - RMA, que elaboraram o produto. As  
49 Consultoras **Fernanda Rotta (RMA)** e **Carolina Moro (RMA)** apresentaram-se como  
50 advogadas especializadas na área ambiental e posicionaram-se receptivas às  
51 contribuições dos conselheiros presentes. Após uma breve rodada de apresentações,  
52 iniciou-se a abordagem do Projeto Estratégia para a Construção do Arcabouço  
53 Técnico Jurídico para a Reposição Hídrica na Amazônia. **A Consultora da**  
54 **FAS/SEMA, Marcela Michiles**, apresentou o objetivo do projeto, que é a construção  
55 de um consenso técnico-científico e de uma regulamentação legal para a valoração  
56 do serviço ambiental água em florestas tropicais fomentando mercados de ativos  
57 ambientais e o investimento em construção e melhoria da qualidade de vida dos povos  
58 da floresta, para subsidiar o “Programa de Conservação dos Serviços Hídricos”,  
59 previsto na Lei Estadual nº. 4.266 de 1º de dezembro de 2015. Prosseguiu para a  
60 apresentação da linha lógica do projeto, afirmando que estariam no componente 02,  
61 onde são realizados estudos técnicos e jurídicos. Assinalou que o Componente 01 –  
62 item 1) avaliar e comparar o método Limnotech x Water Footprint, foi realizado pela  
63 consultora Juliana Speranza, cuja produção técnica foi, contribuição para  
64 desempenho de um programa de PSA hídrico para o Amazonas e seu monitoramento.





65 O status atual do Componente 1 seria a fase final de validação do produto pela FAS  
66 e SEMA, e encaminhamento para diagramação. No item 2: Realizar estudo para  
67 valorização econômica, o consultor foi Marcos Amend, cuja produção técnica foi as  
68 metodologias para um sistema de PSA hídrico no Amazonas. Através de comparação  
69 entre os métodos de Bonito (MS) e Parque Estadual 3 Picos (RJ) e identificação do  
70 cenário amazônico. No Componente 03, pretende-se acolher as contribuições sociais  
71 sobre a temática e a minuta de lei/decreto, com o uso de tecnologias remotas. O  
72 componente 04 prevê uma campanha de comunicação. Por fim, apresentou o  
73 Componente 02 – Contribuições para o arcabouço legal, afirmando que esta  
74 apresentação já foi realizada no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
75 – CERH e no Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas - FAMC. **A Consultora**  
76 **da RMA, Fernanda Rotta (RMA)** seguiu abordando a definição de PSA, ratificando  
77 que o público-alvo são os povos e comunidades tradicionais, que promovem  
78 voluntariamente estes serviços ambientais e deve ser beneficiado. Segundo ela, o é  
79 preciso identificar quem será beneficiado, o que será protegido e quem será o  
80 fomentador destes benefícios para traçar estratégias. Conceituou então o termo  
81 “serviços ecossistêmicos” e suas quatro modalidades: provisão, suporte, regulação e  
82 culturais, que são ainda subdivididos em categorias. Os serviços mais utilizados em  
83 PSA são: carbono, biodiversidade, água e belezas cênicas. Afirmou que este é um  
84 instrumento complementar, que pode ajudar na manutenção da qualidade hídrica por  
85 meio de incentivos. **A Consultora da RMA, Carolina Moro**, acrescentou que o Estado  
86 irá priorizar determinados serviços para regulamentar e elucidou as diferenças entre  
87 a cobrança do uso da água e o PSA hídrico. **A Consultora da RMA, Fernanda Rotta**,  
88 citou os possíveis tipos de arranjos: públicos, mistos ou privados; as contrapartidas  
89 justas e equitativas, que podem ser monetárias ou não monetárias; e as formas de  
90 financiamento, que podem ser por meio de: contratos, fundos públicos, fundos de  
91 investimentos ou comercialização de créditos de serviços ambientais. **Fernanda**  
92 **Rotta (RMA)** explicou a condicionalidade e adicionalidade, que norteariam os  
93 indicadores do programa e abordou os desafios de implementação. **A Consultora da**  
94 **RMA, Carolina Moro**, apresentou alguns exemplos de PSA já implementados em  
95 outros Estados e Países. **A Consultora da RMA, Fernanda Rotta**, apontou as áreas





96 sem tratamento de resíduos, de desmatamento e de unidades de conservação devem  
97 compor um contexto relevante a ser abordado no decreto. Apontou alguns segmentos  
98 econômicos e usuários como potenciais financiados do PSA Hídrico: navegação,  
99 turismo, pesca e aquicultura, geração de energia, mineração, indústria, irrigação,  
100 abastecimento humano e diluição de efluentes. Citou a definição dada em lei de  
101 “provedor recebedor”, aquele que desenvolve e promove serviços ambientais; é  
102 beneficiário do Sistema de Gestão de Serviços Ambientais; e deve ser integrado aos  
103 programas, subprogramas ou projetos de lei, de acordo com seus requisitos. Abordou  
104 os tipos de beneficiamento que podem ser escolhidos, monetários ou não monetários.  
105 **A presidente da sessão, Cristina Fischer**, pediu que as manifestações ocorressem  
106 ao final da explanação, devido ao horário avançado. **A Consultora da RMA,**  
107 **Fernanda Rotta**, abordou a governança do PSA e proposta estrutural do decreto,  
108 afirmou que após os atos normativos de implementação, serão lançadas outras  
109 publicações relacionadas aos aspectos operacionais. **A Consultora da RMA,**  
110 **Carolina Mouro**, indicou o link para acessar o formulário de contribuições referentes  
111 ao projeto e colocou-se à disposição para responder questionamentos. O **conselheiro**  
112 **representante do CERH, Sérgio Bringel**, afirmou que o tema é pertinente ao CERH  
113 e pediu que o material fosse enviado a todos os membros do conselho. **A presidente**  
114 **da sessão, Cristina Fischer**, afirmou que o material já foi enviado a todos. Letícia  
115 Cobello (FAS) afirmou que esta apresentação já foi feita no CERH e FAMC, conforme  
116 orientação do Secretário Eduardo Taveira. O **conselheiro representante da UFAM,**  
117 **Ingo Daniel Wahnfried**, afirmou que carecem de estudos sobre a bacia hidrográfica  
118 do Amazonas, que é o maior sistema hidrográfico do mundo; apontou a cultura  
119 tradicionais devem ser tratadas com sensibilidade e pediu que várias instituições de  
120 várias áreas de conhecimento estejam envolvidas na construção do arcabouço técnico  
121 científico que envolve as dinâmicas ambientais do recurso hidrológico. Citou a  
122 iniquidade na distribuição da água, com grandes usuários de água subterrânea no  
123 Distrito e comunidades na capital sem abastecimento regular, enquanto no interior a  
124 qualidade da água é o maior problema de saneamento. Afirmou que há instituições  
125 como o INPA, UFAM, MUSA e IFAM que já promovem estes serviços e sugeriu um  
126 vínculo com a FAPEAM para custear pesquisas científicas de médio prazo, que





127 consultorias pontuais não conseguirão abranger. Pediu um olhar cuidadoso sobre o  
128 possível conflito de interesses da Coca-Cola ao estar envolvida na elaboração deste  
129 decreto e apontou que deve ser desenvolvido um mecanismo para angariar recursos  
130 internacionais e beneficiar o estado, que promove serviços ambientais a nível mundial.  
131 A presidente da sessão leu a pergunta do **conselheiro representante da FUNAI,**  
132 **Ricardo Luís,** sobre uma possível divergência de tratamento entre o provedor e o  
133 provedor recebedor. **O conselheiro representante da SEMMAS, Ademar Stroski,**  
134 citou a política estadual de resíduos sólidos, que no ano de 2020 foi regulamentada e  
135 prevê a criação de um selo de certificação de boas práticas, ele pediu que esta  
136 legislação fosse considerada na elaboração do decreto. **O conselheiro**  
137 **representante do SINDNAVAL, Ivo de Oliveira Araújo,** chamou a atenção sobre o  
138 aspecto econômico da sustentabilidade, afirmando que o modal hidroviário deve ser  
139 alvo de um estudo detalhado a ser considerado na elaboração da política de PSA. **O**  
140 **Conselheiro representante da UEA, Carlossandro Carvalho Albuquerque,**  
141 sugeriu à consultoria que tenha objetividade e reduza o tempo de 47min de  
142 apresentação para dar espaço às contribuições, afirmou que a lei ainda encarrega o  
143 CEMAAM de deliberar esta temática estritamente hídrica. Afirmou que há vários  
144 aspectos a serem levados em consideração e conciliados neste projeto, como os  
145 comitês de bacia, a fim de não conflitar com outras iniciativas, como a outorga que  
146 ainda não foi bem implementada no estado. **O conselheiro representante da**  
147 **EMBRAPA, Nestor Lourenço,** apontou a construção de protocolos comunitários  
148 como um ponto crucial na discussão com os povos e comunidades tradicionais do  
149 Amazonas. **A Representante da FAS, Letícia Cobello,** afirmou que o trabalho  
150 necessita sim de constante revisão, este projeto encerra em junho de 2021, porém,  
151 ainda haverá o acompanhamento pela FAS até que a regulamentação seja construída.  
152 Assegurou que o público alvo será consultado sobre a minuta de decreto, tendo a  
153 oportunidade de manifestar dúvidas e demais apontamentos, respeitando as  
154 salvaguardas socioambientais. **A conselheira representante do GTA, Adenilde**  
155 **Pinto de Almeida,** sugeriu a formalização de um seminário para abordar o tema e a  
156 **presidente da sessão, Cristina Fischer,** concordou com a ideia, assegurando que a  
157 gravação desta reunião será disponibilizada ao grupo. A Presidente, então, sugeriu o





158 agendamento de uma reunião extraordinária e passou a palavra ao **conselheiro Ingo**,  
159 que afirmou que o transporte naval presta serviços ambientais por diminuir a  
160 necessidade de derrubar árvores para construção de estradas. O **conselheiro**  
161 **representante do CNS, Clodoaldo Ramos Pontes**, argumentou que a consulta  
162 pública deve ser priorizada pois envolve muito debate comunitário, a fim de expandir  
163 o processo de governança desta política no estado, inserindo as comunidades na  
164 gestão deste processo. O **conselheiro representante do SINDNAVAL, Ivo de**  
165 **Oliveira Araújo**, solicitou o retorno das reuniões virtuais, citando o exemplo da BR do  
166 mar, que foi preterida em função da BR do Rio que será importante e poderá atender  
167 às necessidades de estudos aprofundados. Ressaltou ainda que no tocante aos  
168 resíduos sólidos, a educação ambiental ainda é muito deficiente e há um sério  
169 problema relacionado à disposição de resíduos sólidos do setor naval. A **Presidente**  
170 **da Sessão, Christina Fischer**, afirmou que este é apenas o início dos trabalhos,  
171 agradeceu a todos, despediu-se desejando boas festas, e deu por encerrada a  
172 Terceira Reunião Extraordinária Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos  
173 e Comunidades Tradicionais do Amazonas. Eu, Glauce Maria Tavares Monteiro,  
174 assessora do CDSPCT/AM, lavrei a presente ATA, onde consta a lista de frequência  
175 de todos os presentes na sala de reunião virtual da plataforma TEAMS.

176 **Lista de frequência:**

Nome Completo	Instituição	Data/ Hora	Função
Christina Fischer	SEMA	16/12/2020 08:13	PRES. DA SESSÃO
Ana Cristina Ramos	FVA	16/12/2020 08:13	CONSELHEIRA
Renée Fagundes Veiga	FIEAM/CERH	16/12/2020 08:33	CONSELHEIRA
Sergio Bringel Bulcão	CRQ-14	16/12/2020 08:40	CONSELHEIRO
Henrique dos Santos Pereira	UFAM	16/12/2020 08:49	CONSELHEIRO
<b>Leticia Cobello</b>	<b>F A S</b>	<b>16/12/2020 08:50</b>	<b>CONVIDADA</b>
Genoveva Chagas de Azevedo	INPA	16/12/2020 08:50	CONSELHEIRA
Juan Mario Guzman	FAEA	16/12/2020 08:55	CONSELHEIRO
<b>Marcela Michiles</b>	<b>RMA/SEMA</b>	<b>16/12/2020 08:57</b>	<b>CONVIDADA</b>
<b>Fernanda Rotta</b>	<b>RMA</b>	<b>16/12/2020 08:58</b>	<b>CONVIDADA</b>
<b>Carolina Moro</b>	<b>RMA</b>	<b>16/12/2020 09:00</b>	<b>CONVIDADA</b>
Tatiana Schor	SEDECTI	16/12/2020 09:02	CONSELHEIRA
Edmar Lopes Magalhães	SEDECTI	16/12/2020 09:03	CONSELHEIRO
Ricardo Luiz da Silva Costa	FUNAI	16/12/2020 09:05	CONSELHEIRO





Jose Nestor de Paula Lourenço	EMBRAPA	16/12/2020 09:07	CONSELHEIRO
Carlossandro Albuquerque	UEA/CERH	16/12/2020 09:11	CONSELHEIRO
Antônio Ademir Stroski	IPAAM	16/12/2020 09:14	CONSELHEIRO
<b>Aristocles de Oliveira Barbosa</b>	<b>SEPROR</b>	<b>16/12/2020 09:19</b>	<b>CONVIDADO</b>
Adenilde de Almeida Pinto	GTA	16/12/2020 09:22	CONSELHEIRA
Ingo Wahnfried	UFAM/CERH	16/12/2020 09:24	CONSELHEIRO
Clodoaldo Ramos Pontes	CNS	16/12/2020 09:32	CONSELHEIRO
Luiz Rocha Maciel	IDAM	16/12/2020 09:36	CONSELHEIRO
Orlando Melgueiro da Silva	COIPAM	16/12/2020 09:36	CONSELHEIRO
Ismael da Costa Silva	SECT	16/12/2020 09:48	CONSELHEIRO
Wilzer Cristiane Lopes Goncalves	ICMbio	16/12/2020 09:53	CONSELHEIRA
Janeth Fernandes	AENAMBAM	16/12/2020 09:55	CONSELHEIRA
Ivo de Oliveira Araújo	SINDNAVAL/CERH	16/12/2020 09:56	CONSELHEIRO
<b>Patricia Costa Guimaraes</b>	<b>F A S</b>	<b>16/12/2020 10:02</b>	<b>CONVIDADA</b>
Thelma Prado	SEDUC	16/12/2020 10:06	CONSELHEIRA
Glauce Ma. Tavares Monteiro	SEMA	16/12/2020 08:35	ORGANIZADORA

177

178

**Registro fotográfico:**



179

180

